

# A RAZÃO APAIXONADA

HOMENAGEM A FERNANDO GIL

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2008

*Título:* A Razão Apaixonada  
Homenagem a Fernando Gil

*Autores:* AA. VV.

*Edição:* Imprensa Nacional-Casa da Moeda

*Concepção gráfica:* Departamento Editorial da INCM

*Revisão do texto:* Paula Lobo

*Tiragem:* 800 exemplares

*Data de impressão:* Janeiro de 2008

*ISBN:* 978-972-27-1563-8

*Depósito legal:* 268 714/07

## FERNANDO GIL E A SEDUÇÃO DAS «PAISAGENS DOS CONFINS»

*José Luís Brandão da Luz*

Em diversos momentos da leitura das entrevistas de Fernando Gil, reunidas em *Acentos*, somos surpreendidos pela singular sobriedade de um discurso que fala sem disfarces do fascínio obsessivo das suas seduções. A concepção de filosofia como tentativa de procurar o que as aparências trazem escondido<sup>1</sup> acaba por se fixar na interrogação «do que subjaz ao pensamento em todas as suas esferas»<sup>2</sup>. Os quadros categoriais que desfazem os enigmas do mundo e traçam o rumo da acção humana descobrem a fragilidade dos méritos que possuíam para conferirem ordem e sentido à realidade e deixam a descoberto faixas sombrias do seu espectro de luz.

O fascínio pela temática do *fundamento* mostra-se indissociável duma incapacidade permanente de repousar à sombra do que a evidência poderá propiciar. A luminosidade da evidência arrasta atrás de si um fundo nebuloso, todo ele repleto

---

<sup>1</sup> Cf. Fernando Gil, *Acentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 459.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 71.

de «uma crença jamais provada e contudo indiscutível»<sup>3</sup>. Escapa sempre ao olhar o ponto de Arquimedes, firme e imóvel, que Descartes reclamava para fixar, sem perigo de derrapagem, a alavanca que poderia erguer uma visão sólida do mundo. Há sempre um subsolo escondido que se não deixa cartografar pelos parâmetros que traçam as linhas e os planos das nossas construções. Os domínios que os percursos racionais podem controlar não estão protegidos das vertigens provocadas pelos abismos que surpreendem as nossas certezas, e que tanto nos perturbam como nos fascinam.

As concepções que a filosofia das ciências desenvolveu, por critérios de verdade e exigências de uma ordem consequente de razões, não trazem o certificado de resistência das suas fundações. Subitamente se percebe que, como a corrente de um rio, a placidez das suas águas não é apenas obra das margens que as comprimem, mas de camadas de terreno mais remotas, onde os reflexos de luz que a razão difunde deixam aquém, ocultas, «paisagens» que a superfície das águas não é capaz de espelhar.

1. O domínio da epistemologia conheceu nas universidades portuguesas, a partir dos anos 70, um estímulo e orientação que, em grande parte, se deveu a muitas das iniciativas que Fernando Gil programou e a que concedeu apoio. O estudo e divulgação das temáticas e correntes da epistemologia, nos cursos de pós-graduação que ministrava, a edição da revista *Filosofia e Epistemologia* e a criação do Gabinete de Filosofia do Conhecimento, responsável pela publicação da revista *Análise* e pela organização de vários encontros científicos, contam-se entre as mais relevantes.

Mas foram as obras *Mimésis e Negação* e *Provas* que se constituíram em referências assinaláveis na apresentação e discussão das questões que marcaram o rumo da filosofia do conhecimento e, em particular, da epistemologia. Estas obras debatem, pela

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 72.

recuperação aporética da tradição do pensamento filosófico, os problemas ligados ao carácter categorial do conhecimento, na configuração dos contornos da experiência, e os impasses em que caíram as controvérsias travadas no seio do grupo da filosofia analítica e dos seus críticos, em redor do propósito de limitar as bases inamovíveis de um discurso indiscutível da realidade. Porém, é o próprio autor que nos revela, em jeito de confiança, que já então se confrontava com um conjunto de questões que, no *Tratado da Evidência*, lograram alcançar um esclarecimento ou uma formulação que «pode conduzir-nos para lá do que temos nas mãos e até para lá das condições de possibilidade do conhecimento em sentido estrito»<sup>4</sup>.

Os temas da epistemologia ganham espessura quando compreendidos do exterior das suas fronteiras, isto é, quando se prolongam por uma metafísica do conhecimento que se interroga por «o que significa saber, duvidar, crer, compreender para aquele que sabe, duvida, crê, compreende — e sobre o que tal implica»<sup>5</sup>. Recordando a judiciosa afirmação de Henri Bergson de que cada filósofo dedica toda a sua vida a pensar um único tema<sup>6</sup>, Fernando Gil diz-se prisioneiro, desde os seus primeiros trabalhos, da temática do *fundamento*: «a negatividade e o sem-sentido nunca me largaram, desde o meu primeiro escrito, um livrinho publicado há mais de trinta anos com o título *Aproximação Antropológica* [...] até ao *Tratado*, onde se pretende que a evidência mergulha numa esfera que é pura manifestação e puro desejo, para aquém da linguagem e do pensamento»<sup>7</sup>, dizia numa entrevista a António Guerreiro, publicada no jornal *Expresso*, em Dezembro de 1993.

Sem deixar nunca de lado as ferramentas da linguagem que o exercício da filosofia não dispensa, o autor procura dizer — «à minha maneira» — o que verdadeiramente lhe interessa,

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> Cf. *ibidem*, p. 66.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 65.

isto é, «reduzir ao máximo o domínio do desconhecido», ou como diz em *Acentos*, em «Colóquio com André Barata», contornar «o ponto onde a racionalidade abre para a 'irracionalidade', os tais buracos negros que os positivismos remetem para a poesia e as artes»<sup>8</sup>. Procurando sempre, nas suas obras, pôr a descoberto os reflexos luminosos dos fundamentos de todos os avanços, Fernando Gil não recua perante o ambiente desolador dessas «paisagens dos confins» que o atraem, nem tão-pouco cede à facilidade de se deixar embalar pela plasticidade de sentidos que um discurso esteticamente sedutor, de pendor místico ou poético, lhe poderia facilmente oferecer. A sua opção metodológica não é abandonada quando as situações se apresentam menos favoráveis e o autor procura o justo equilíbrio da expressão entre uma certa forma de conhecimento que, na linha inspiradora da fenomenologia, recorda ser na «primeira pessoa», e o conhecimento na «terceira pessoa», característico do que é cultivado no seio das ciências: «Eu procuro um conhecimento certamente na primeira pessoa mas que deveria ter uma pretensão à objectividade de tipo terceira pessoa»<sup>9</sup>.

Porque a abordagem da realidade é inseparável da catalogação que o pensamento faz da nossa experiência perceptiva e da sua expressão pela linguagem, levanta-se o problema de compreender o que confere credibilidade às nossas conjecturas sobre a realidade: onde se localizam os «confins» das paisagens que o nosso olhar pode alcançar e que dá sentido a tudo o que ele pode enxergar? Certamente que, por um lado, estará na percepção da informação sensorial que nos dá da realidade uma dimensão directa, sem no entanto nos transmitir uma constituição infalível ou inquestionável do mundo exterior. É que os conteúdos percebidos não estão protegidos por uma filtragem depuradora que neutralize os atritos perturbadores que o seu transporte à intimidade da consciência provoca. No entanto, esta mediação não produz uma dispersão desfocada da leitura

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 460.

da realidade. Quando questionado com a intromissão de um procedimento inferencial da captação dos dados sensoriais, Fernando Gil esclarece do seguinte modo: «Não pretendo que não há um tratamento de informação sensorial mas simplesmente que em condições normais ele se processa sempre da mesma maneira.»<sup>10</sup> Ou seja, os circuitos neuronais que operam a descodificação das estimulações sensoriais não provocam a deformação da percepção da realidade. Diversos indivíduos fazem a experiência comum do reconhecimento de um mesmo referente.

O objecto à nossa frente, mesmo que se trate da figura ambígua de Jastrow a que Wittgenstein concede um tratamento especial, no seu *Tractatus*, não é para mim diferente do que é para qualquer outra pessoa que se submeta à mesma percepção: em qualquer observador a informação sensorial tem um mesmo tratamento, em que o resultado final oscila entre duas alternativas, consoante a nossa atenção incide de forma selectiva em certos traços da imagem de preferência a outros. Em termos gerais, o tratamento informativo a que poderão estar sujeitos os dados sensoriais processa-se de forma idêntica para todos os indivíduos, pelo que as eventuais deformações que a percepção poderá sofrer encontram-se dentro duma previsibilidade que, em regra, não conhece desvios. Porque para todos os sujeitos os conteúdos perceptivos se processam sempre do mesmo modo, não é sustentável pensar-se na ocorrência duma deformação que daria da realidade uma imagem diferente da que ela efectivamente possui. Pelo contrário, ela reforça a convicção de que a percepção traduz uma experiência comum do mundo que, por ter lugar sempre da mesma maneira, é a expressão directa da realidade.

Esta relação *directa* que a percepção mantém com a informação sensorial não significa que o seu conhecimento se compreenda em termos duma apropriação *imediate*. É que o conhecimento só tem lugar no interior da consciência. Enquanto

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 45.

permanece fora de si, na apreensão directa dos dados da experiência sensorial, o sujeito não realiza um conhecimento dessa mesma realidade. Este só terá lugar na esfera imanente a que o sujeito regressa após a abertura ao exterior que permitiu a captação do que é presente aos sentidos. A realidade só é conhecida na sua verdade quando é acolhida no interior da consciência, o que leva Fernando Gil a equacionar o problema em dois tempos: o primeiro consiste em saber como é que a consciência experimenta este sentimento de ligação directa com os dados da apreensão sensorial; o segundo consiste em perceber o suporte ontológico desta vivência na consciência.

2. Fernando Gil recorre a Malebranche para compreender como se realiza o conhecimento intelectual da realidade apreendida pelos órgãos dos sentidos, dada a heterogeneidade que afecta a natureza desses dois pólos. Por um lado, os sentidos sentem a informação sem a conhecerem, por outro lado, o mundo da consciência, ao operar por intermédio de ideias a que está intimamente ligado, vê as coisas numa relação de proximidade, sem recurso a qualquer elo intermédio. As coisas são vistas no interior da consciência, sem que esta tenha necessidade de se deslocar para o exterior de si mesma para as perceber no meio em que os sentidos as apreendem. É através das ideias, que são da mesma natureza do espírito, que a realidade se poderá compreender como objecto de conhecimento, segundo um esquema estritamente imanente.

Contrariamente à concepção difundida pela psicologia aristotélica e escolástica, Malebranche não concebe a formação das ideias pela acção do intelecto agente nos dados apreendidos pelos sentidos. A natureza material das espécies sensíveis que emanam dos objectos não poderão explicar a dimensão espiritual das ideias. Doutro modo não se saberia como conciliar, por exemplo, a unidade de cada representação com o sem-número de observações diferentes que efectuamos. Também ficaria por explicar como conceber a sua identidade com as variações de tamanho, que resultam do maior ou menor afastamento do observador em relação a um objecto, assim como a dissemelhança entre as representações e os objectos percebidos,

como os círculos ou os quadrados que percebemos num quadro ou numa pintura, a partir de figuras ovais ou de paralelogramos <sup>11</sup>. Estes desfasamentos entre as ideias e os objectos percebidos põem em evidência que as ideias não se explicam pela informação sensorial, mas, antes pelo contrário, esta é que se compreende pelas ideias. Assim, a imagem que a imaginação inscreve no cérebro só é considerada «adequada e bem feita pela conformidade que apresenta com a ideia dum quadrado que nós concebemos pela pura intelecção. É esta ideia que regula esta imagem. É o espírito que conduz a imaginação e que, por assim dizer, a obriga a examinar de vez em quando se a imagem que ela pinta é uma figura de quatro linhas rectas e iguais, em que os ângulos sejam perfeitamente rectos, numa palavra, se aquilo que imaginamos é semelhante àquilo que concebemos.» <sup>12</sup>

A alma, que é espiritual, só pode perceber a realidade por meio da ideia, que não é outra coisa senão «o objecto imediato ou o mais próximo do espírito quando ele percebe um objecto qualquer, isto é, o que toca e modifica o espírito da percepção que ele tem dum objecto» <sup>13</sup>. A natureza heterogénea das coisas materiais, que existem fora da alma, por serem do domínio da extensão, não poderão ter com ela uma união íntima, para serem conhecidas como são em si mesmas. Todavia, como só as podemos conhecer na medida em que estiverem intimamente unidas à alma, e não à distância, fora de nós, vemo-las à maneira de Deus, por meio da extensão inteligível, que é a ideia por meio da qual Deus conhece as coisas. É neste sentido que as vemos em Deus. A percepção das coisas é uma modalidade que a alma experimenta confusamente, sob a forma de sensações, imagens, inclinações naturais, etc., e que não carece da intervenção de nenhuma ideia. Pelo contrário, «só as podemos

---

<sup>11</sup> Cf. N. Malebranche, *De la recherche de la vérité*, em *Ceuvres complètes*, 2.<sup>a</sup> ed., Paris, Vrin, 1972-1978, vol. I, III, II, II, pp. 418-421.

<sup>12</sup> *Ibidem*, III, II, III, p. 426.

<sup>13</sup> *Ibidem*, III, II, I, § I, p. 414.

perceber por meio das ideias, uma vez que essas coisas não lhe poderão estar intimamente unidas»<sup>14</sup>. Todavia, tal não significa que tenham sido criadas em nós todas as ideias necessárias ao conhecimento dos objectos da nossa experiência, e que dispuséssemos, por exemplo, duma ideia para cada uma das infinitas variações figurativas que poderiam resultar do aumento ou diminuição da altura do triângulo ou do diâmetro da elipse. Admitir um número infinito de ideias que correspondesse às diferentes figuras que poderão existir seria transformar o espírito num «armazém de todas as ideias que lhe são necessárias para ver os objectos»<sup>15</sup>, o que tornaria extremamente complexa a tarefa de escolha das ideias adequadas para os representar.

Os espíritos apenas vêem em Deus as coisas que percebem, não na extensão material que configura a sua singularidade contingente, mas na extensão inteligível com que Deus pensa e cria o mundo. Como claramente explica em carta a Dortous de Mairan, não se poderá confundir «a extensão criada, que não pode ser o objecto imediato do espírito, porque não pode afectar o espírito, agir nele, com a ideia desta extensão, a que eu chamo extensão inteligível, porque só ela afecta o espírito»<sup>16</sup>. Enquanto a primeira extensão é por assim dizer material ou local, a segunda não é criada, mas é «necessária, eterna, infinita». Para ser mais claro, na distinção dos dois tipos de extensão, Malebranche sugere ao seu correspondente que as considere como se a pensasse, ora com os olhos fechados, ora com os olhos abertos. No primeiro caso, consegue uma representação interminável, sem envolver nada de concreto, no segundo caso, em que se deixa estimular pelos sentidos, a ideia torna-se sensível. Assim, o objecto imediato do meu conhecimento não são as coisas, que não podem agir no meu espírito, mas a ideia

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, III, II, I, § I, p. 415.

<sup>15</sup> *Ibidem*, III, II, IV, p. 431.

<sup>16</sup> *Ibidem*, «Lettre de Malebranche a D. de Mairan» (12 de Junho de 1714), em *Ceuvres complètes*, vol. XIX, p. 882.

de extensão inteligível que é da mesma natureza do espírito e que se encontra intimamente ligada a ele. Vemos pois todas as coisas em Deus pela impossibilidade de pensar qualquer coisa singular sem a visão do universal.

3. A creditação que a teoria de Malebranche do conhecimento confere à imediatez da ideia no espírito para caucionar o reconhecimento da verdade é recorrente na tradição filosófica. Descartes tomou-a como critério irrecusável de verdade e Husserl como a posse plena da coisa visada. Esta exigência serviu de ocasião a Fernando Gil para se interrogar da robustez e autenticidade que esse «sinal» possui para certificar a apresentação de um objecto de forma integral, sem as deformações provocadas pelas perturbações dos procedimentos de mediação. Interessa averiguar o que sustenta a convicção de que os dados percebidos possam ser sentidos como expressão da consciência do real<sup>17</sup>. Ou, em termos mais gerais, em que nos apoiamos para afirmar que as coisas aparecem ao espírito na sua verdade<sup>18</sup>.

A exigência de a extensão inteligível, nos diferentes modos de Deus a tornar actual em nós, ter uma relação imediata com o espírito humano recebeu fortes objecções de Arnauld, para quem, mais fiel à linha da escolástica, o conhecimento permite apreender algo de exterior e diferente do espírito. A concepção de Malebranche, para além de não atender à distinção entre a realidade objectivamente considerada, segundo o seu modo de ser no entendimento, e a realidade formalmente considerada, enquanto existe em si, no mundo exterior, enferma ainda de um preconceito de teor psicológico enganoso. É que a confiança que deposita nas ideias presentes ao espírito para o conhecimento da realidade explica-se por um condicionamento da infância, ou seja, pelo hábito de as crianças asso-

---

<sup>17</sup> Cf. Fernando Gil, *Tratado da Evidência*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 69.

<sup>18</sup> Cf. *ibidem*, p. 76.

ciarem o conhecimento dos objectos aos seus substitutos simbólicos, independentemente da correspondente presença efectiva. A presença física do objecto, que estaria na origem da mais primitiva experiência cognitiva, ao ser substituída pela sua imagem, perde a densidade própria que detinha fora do intelecto. E dada a impossibilidade de transpor para a alma a realidade material, será a imagem que passa a fazer as vezes da realidade. A alma toma assim por real as imagens das coisas materiais, embora elas não passem de uma construção da imaginação. A presença imediata da realidade ao espírito é assegurada pelas imagens que a representam, pelo que a nossa visão do mundo passa a apresentar-se condicionada pelo filtro da imaginação. Esta reflecte as coisas como um espelho, mas deixa escapar a sua dimensão existencial. A experiência que a apreensão sensorial faz da existência original do mundo parece perder-se completamente.

O hábito contraído na infância de ligar o conhecimento das coisas à sua presença física levou-nos a tomá-las, inadvertidamente, pelas imagens que as representam, criando em nós a tendência de as substituir pelas suas representações. Transitamos assim da realidade para a sua imagem, construindo uma visão imaginária do mundo que, por ter perdido o contacto com a realidade, acaba por revestir o formato de uma simples alucinação. Como Fernando Gil procura esclarecer, a alucinação não consiste propriamente na percepção de algo que não existe, mas «antes significa a transposição da percepção para outra coisa que não ela mesma»<sup>19</sup>. O contacto imediato com a realidade que é exigido na relação fundadora de todo o conhecimento verdadeiro encontra-se confinado à imanência da consciência, como se ele constituísse uma experiência directa de ordem sensorial. O sujeito permanece encerrado na sua esfera, mas, para usar a linguagem de Hartmann, procede como se tivesse entrado em contacto directo com a esfera transcendente e heterogénea do objecto, teria apreendido as determinações

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 217.

que lhe são próprias, assim como a sua existência. A informação da consciência conserva «a força irrecusável do real»<sup>20</sup>, na medida em que a conversão em conceito do dado percebido mantém uma dimensão existencial, embora esta efectivamente lhe não corresponda. Este desencontro confere ao conhecimento um carácter alucinatório, ao tomar como realmente existentes elementos da consciência, com quem mantém uma relação imediata, mas que deixaram de ter ligação directa com ela.

Fernando Gil vai procurar em Freud argumentos para mostrar em que termos a alucinação está subjacente na evidência que fundamenta o conhecimento, sendo responsável pela destruturação do estatuto da realidade, sem que a consciência se aperceba desta desorganização. A alucinação transforma a representação em realidade, conferindo-lhe exterioridade, mas com credibilidade meramente aparente. Freud explica a origem desta ficção, inerente à objectivação, nas reacções mais primitivas do recém-nascido à falta de satisfação das suas necessidades de alimento. O desconforto que os gritos de protesto manifestam traz no seu enalço o esquema de realidade que o poderá neutralizar, o qual se afigura alucinante, por se apresentar irreal. A experiência do objecto que poderá saciar as carências do lactante apareceu inicialmente indissociável da sua percepção, o que afastava a dicotomia entre os domínios subjectivo e objectivo da realidade. Porém, à medida que se repete a experiência de carência que a fome provoca, a reclamação do objecto que a poderá saciar surge desacompanhada da sua existência efectiva. Esta dissociação ou oposição só tem lugar, no dizer de Freud, por uma certa capacidade que ele atribui, de forma prematura, ao pensamento da criança, de tornar presente um objecto ausente, já anteriormente percebido, mesmo quando não existe contacto directo com ele<sup>21</sup>. A convicção da presença do objecto associada à simples evocação da sua «imagem» mobiliza a criança para o seu reencontro. Deste modo, será a simples capacidade de

---

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> Cf. *ibidem*, p. 227.

rememorar um objecto na sua ausência que o torna presente e lhe confere realidade. Todavia, esta realidade revela-se alucinatória, pelo que o seu alcance epistemológico perde relevância por se apoiar na simples *crença* na existência de algo que não tem correspondência em nada de efectivamente existente.

A realidade do objecto depende assim não da sua percepção efectiva mas da crença de que a evocação da sua representação o torna presente. A representação do que poderá satisfazer o desejo impele a criança na direcção do objecto, mas este dinamismo acaba por ser conduzido pela alucinação de conferir realidade à representação que não passa duma expectativa de satisfação do desejo<sup>22</sup>. O reaparecimento do desejo provocará a reactivação da memória do objecto que lhe deu satisfação. Será a intensidade do desejo que faz perceber o objecto não como simples representação que a memória pode evocar, mas como algo de efectivamente real que o poderá saciar. O efeito de realidade que a satisfação do desejo provoca salda-se na alucinação duma representação que por carecer de existência provoca frustração à sua intencionalidade. A alucinação tende a perpetuar-se sempre que o mecanismo de satisfação do desejo tem lugar. A exigência de caucionar a consciência da realidade pela completa contiguidade entre a ideia e o espírito vive a ilusão de se reportar directamente a um objecto, de modo semelhante ao que julgamos existir na captação que a percepção sensorial faz do seu objecto. O conhecimento intelectual esforça-se por reproduzir o esquema que na linguagem e na experiência sensível garante veracidade aos dados a que se referem, pelo que a diligência para restabelecer uma relação directa com o objecto constitui uma tentativa de colocar a actividade da razão na pista da consciência do real.

A linguagem, «porque veicula uma ontologia e uma epistemologia espontâneas»<sup>23</sup>, deixa transparecer uma estrutura

---

<sup>22</sup> Cf. José Luís Brandão da Luz, *Introdução à Epistemologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, III, 6, «Fernando Gil e o problema da evidência», pp. 139-147.

<sup>23</sup> Fernando Gil, *Tratado da Evidência*, p. 56.

natural de inteligibilidade. Da mesma forma, a percepção, que opera a apreensão directa do mundo envolvente de forma análoga à que é realizada pela linguagem, assegura que «o percebido se exhibe na sua identidade ao abrigo de todo o erro»<sup>24</sup>. Ao contrário do pensamento teórico, a linguagem e a percepção não laboram sob o efeito da alucinação, pois o nível categorial de uma e o conhecimento sensível produzido pela outra apresentam uma realidade que se dá a conhecer imediatamente a si própria de forma evidente. A verdade que brota da evidência encontra-se «em linha recta com o acesso directo às coisas que fornecem a linguagem e os sentidos»<sup>25</sup>. Em contrapartida, o conhecimento científico, como em geral o conhecimento intelectual, não se situa na dependência directa da percepção desde que a idoneidade desta para traduzir adequadamente a realidade passou a ser «o alvo da crítica trocista dos modernos»<sup>26</sup>. Por responder a uma orientação teórica que a razão define, ele acaba também por padecer de alucinação, que consiste em considerar o objecto presente por meio da sua representação, sem que ele se encontre efectivamente na realidade exterior.

O recurso à percepção acaba por reflectir a preocupação em firmar a crença na existência do referente da representação em uma presença que a possa preencher. Trata-se assim de uma tentativa que procura impedir que o carácter alucinatório da presença do objecto provoque no sujeito o vazio de realidade. O recurso à percepção sensorial, que o neopositivismo preconizou como requisito de significação, responde a este propósito de provar que a representação possui uma correspondência na realidade exterior. O discurso da verdade é comandado, desta forma, pela preocupação de encontrar o acesso directo que o habilite a reencontrar a realidade. O tacto, a visão e outras formas de intuição sensorial apresentam-se como vias de resposta

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 64.

a esta exigência. Procura-se provar a existência do objecto, não tomando como ponto de partida a relação directa que a percepção poderá propiciar, mas, pelo contrário, procurando o correlato da convicção de realidade que o pensamento alimenta: «A prova de realidade ordena-se segundo a alucinação originária, o seu alcance epistémico consiste em fabricar a crença na existência do objecto que causou a satisfação.»<sup>27</sup> É a evocação do objecto que poderá neutralizar a insatisfação experimentada que põe em marcha a tentativa de o reencontrar, isto é, de o tornar presente ao sujeito. O começo do percurso é ditado pela alucinação de um pensamento que «se constrói a partir de uma metafórica do sensível»<sup>28</sup>, sendo o seu final marcado pela reconstrução do dado que é visado na ideia que não se refere directamente a coisa alguma na realidade.

O apelo à evidência para sustentar a convicção da consciência de que alcançou a verdade porque a encontra na imediatez das suas representações acaba por se desvanecer perante a falta de enraizamento ontológico que as enferma. As «paisagens dos confins» que a consciência acaba por descortinar mostram um longo e desolador deserto de ser, em que se frustram definitivamente as expectativas que a razão alimentava na solidez dos seus «fundamentos» racionais. O *Tratado da Evidência* de Fernando Gil, no esforço que representa para circunscrever os fundamentos últimos do conhecimento racional nas estruturas objectivadoras da razão, acaba por nos deixar suspensos perante a incapacidade de os nossos recursos racionais penetrarem nos «confins» mais recônditos que somos capazes de pressentir, e deixa-nos desamparados no «ponto onde a racionalidade abre para a 'irracionalidade'». Talvez porque o exercício especulativo da filosofia se mostre incapaz de integrar outro tipo de experiências, possivelmente de ordem estética, em que consiga «manter presentes e juntas as nossas experiências absolutas»<sup>29</sup>, as mais diversas e inesperadas, como são, por

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, pp. 227-228.

<sup>28</sup> Fernando Gil, *Acentos*, p. 48.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 486.

exemplo, diz logo de seguida, «a imobilidade mágica de um dia de *shabat* em Jerusalém, a ferida aberta, inexplicável e irreparável, do mal que se fez, os lutos que ficam para sempre, o andamento WoO 57 de Beethoven tocado por Sofronitzky, a dádiva de um olhar que se guarda intacto...». Possivelmente, porque é da natureza do fundamento ser inquestionável e não estar sujeito ao exercício racional da prova que decide o seu valor de verdade. O fundamento «não é verdadeiro nem falso mas propriamente fundador: institui os universos do discurso»<sup>30</sup>. Ou então, o caminho tomado transformou-se em fuga de um percurso sem regresso que acabou por perder de vista a sua pátria de origem.

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 72.